

EDUCAÇÃO AFRO NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Afro education in the brazilian education system

Jameson Diego Santos Pestana¹

Moisés de Jesus Sousa do Rosário¹

Railda Costa Pereira¹

Robson de Jesus Coelho¹

Resumo: Com a criação da Lei nº 10.639/03 tornou-se obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas de ensino básico, propiciando dessa forma a contemplação da matriz africana no currículo oficial de ensino. O presente trabalho visa analisar as contribuições do ambiente escolar que motivaram a criação da Lei nº 10.639/03. A metodologia utilizada para produção da pesquisa foi baseada em consultas documentais, em literatura referente a livros, artigos científicos, artigos eletrônicos e periódicos. A abordagem feita neste trabalho reconhece como a sociedade brasileira reflete de forma bem expressiva as desigualdades e como a escola, enquanto ambiente de formação cultural da humanidade, representa um espaço de reprodução das desigualdades, através do currículo escolar adotado que atende aos interesses da classe dominante, um material que retrata o negro numa condição de inferioridade e professores que reproduzem as ideologias da classe dominante através da sua prática. A pesquisa retrata o quanto é relevante a conquista da Lei nº 10.639/03 para a construção da dignidade do povo negro, que sempre foi renegado a uma condição de desprestígio social na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Currículo Escolar. Desigualdade. Lei nº 10.639/03.

Abstract: With the creation of Law nº 10.639/03, it became compulsory to teach Afro-Brazilian and African History and Culture in primary schools, providing the formation of an African matrix in the official curriculum of education. The present work aims to analyze the contributions of the school environment that motivated the creation of Law nº 10.639/03. The methodology used for the production of research was done in documentary consultations, in literature referring to books, scientific articles, electronic articles and periodicals. An approach made in this work recognizes how a Brazilian society reflects in a very expressive way how inequalities and how a school as an environment of cultural formation of humanity represents a space of reproduction of the inequalities, through the adopted school curriculum that serves the interests of the ruling class, a Material that portrays the black in a condition of inferiority and teachers who reproduce as ideologies of the ruling class through their practice. This research portrays the relevance of achievement of the Law nº 10.639/03 for the construction of the dignity of the black people, who has always been denied a condition of social discredit in Brazilian society.

Keywords: School curriculum. Social Inequality. Law nº 10.639/03.

Introdução

O ambiente escolar é um espaço de referência de socialização de saberes sistematizados, além de valores que contribuirão para formação de uma sociedade mais solidária e igualitária.

Assim sendo, o presente trabalho, construído através de consultas bibliográficas, busca suscitar uma reflexão de como a escola, enquanto ambiente de formação cultural da humanidade, está contribuindo para a reprodução das desigualdades que permeiam no seio da sociedade, pois sabe-se que o ambiente escolar agrega pessoas de diferentes etnias que formam a população brasileira. Desta forma, se faz necessário que a escola valorize as diversas tradições culturais dos diferentes povos que compõem a nacionalidade de um povo. A pluralidade cultural da qual se faz parte é inerente à construção da identidade do cidadão. O paradigma eurocêntrico adotado nos currículos escolares geralmente coloca a população negra numa condição de subalterno e de inferioridade, reforçando as desigualdades que são refletidas na sociedade, quando

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 – KM 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – E-mail: raildacp@outlook.com.

observamos que a distância social presente na população brasileira é bem expressiva. Logo, a Lei nº 10.639/03 estabelece uma alteração no currículo escolar, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino básico, possibilitando uma abordagem que irá contribuir de forma significativa para a construção da dignidade do povo negro.

Esta pesquisa contemplará sobre o papel da escola enquanto reprodutora das desigualdades através do seu currículo, material didático e formação do professor. Além disso, procura reconhecer a Lei nº 10.639/03 como resultante da luta do movimento negro descontente com o sistema educacional vigente e visando também à criação de políticas de reparações que possibilitem o reconhecimento da contribuição da população negra na construção da história do Brasil e valorização da sua identidade.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido com a realização de consultas documentais, em literatura referente a livros, artigos científicos, artigos eletrônicos, revistas e periódicos. Tendo como objetivo fazer uma análise da sociedade brasileira, sendo reflexo de uma expressiva desigualdade social e também da escola enquanto um espaço de reprodução dessas desigualdades através do seu currículo, material didático e da prática docente, favorecendo desta forma a naturalização da prática discriminatória e racista a uma parcela da sociedade construída pelos afrodescendentes brasileiros. Tal reflexão buscou também apresentar a conquista pelo movimento de militantes negros através da criação e implementação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história afro-brasileira no ensino básico em todas as esferas de ensino, permitindo, desta forma, que os afrodescendentes possam ser contemplados no currículo de forma positiva.

Função social da escola

A escola é o espaço onde se dá a aquisição do conhecimento sistematizado que são propagados de geração para geração. Esta busca ainda desenvolver as potencialidades dos educandos, através do processo de ensino-aprendizagem desafiador e prazeroso. Ressalta-se ainda que uma das finalidades da escola é operacionalizar valores que favoreçam um bom convívio social, valores estes que são a solidariedade, a cooperação, o respeito, dentre outros, uma vez que a escola é uma extensão dos espaços em que se dá o estabelecimento de relações sociais em um contexto em que a diversidade impera. Logo, cabe à escola garantir a propagação das tradições culturais dos diversos grupos étnicos que constituem determinada nacionalidade, pois a partir deste universo escolar o educando passa a conhecer a si mesmo.

Portanto, segundo Brasil (2005, p. 7):

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo.

Assim sendo, a escola está contribuindo para que crianças e jovens tenham conhecimento da pluralidade cultural da qual fazem parte, e desta forma ajudar a desenvolver cidadãos críticos, capazes de analisar, interpretar e interferir no meio em que vivem e se perceberem enquanto cidadãos resultantes de uma miscigenação.

A escola enquanto espaço de reprodução das desigualdades, através do currículo, material didático e do professor

No contexto escolar é possível constatar que o mesmo também é um espaço em que as desigualdades são reproduzidas e, por conseguinte, reforçadas. Fatores como o currículo, a formação do professor e material didático são alguns dos fatores que influenciam diretamente na trajetória escolar da maioria dos estudantes negros, interferindo na permanência destes na escola. Assim, podemos perceber que a escola, além de promover a transformação social através da educação, reproduz as desigualdades entre negros e brancos, pois são os negros que geralmente são formadores da classe social menos favorecida, onde encontramos os alunos que enfrentam o maior número de saídas do sistema escolar. Rodrigues (2007, p. 72 apud SILVA, 2013, p. 51) afirma que “[...] o sistema de ensino filtra os alunos sem que eles se deem conta e com isso, reproduz as relações vigentes”.

Currículo escolar

O currículo escolar contribui de forma significativa para manutenção da desigualdade, pois este traz em seu bojo conhecimentos selecionados que valorizam as concepções culturais das classes dominantes, pois é justamente o paradigma eurocêntrico que se estabeleceu como base dos programas escolares determinando o que se deve ser ou não ensinado. Regis (2012, p. 36) afirma que:

[...] a hegemonia do paradigma eurocêntrico se reflete nas instituições educacionais por meio de seus currículos. A cultura dominante é percebida como a cultura considerada como válida, para a transmissão cultural, sendo continuamente legitimada e reafirmada pelos currículos escolares.

Uma das atribuições do currículo é garantir o controle social, uma vez que este privilegia o interesse da classe dominante.

Neste sentido, os movimentos negros buscam através das suas lutas que os currículos escolares contemplem a presença e participação dos negros na história brasileira e que a inserção destes conteúdos possibilitem entender e conhecer as contribuições da população negra africana na construção do país, bem como das suas tradições e cultura.

Nesta perspectiva, se almeja que os conteúdos referentes à população negra não sejam omitidos e sim privilegiados e operacionalizados em igual importância aos conteúdos abordados pelo paradigma eurocêntrico, como se refere à população europeia e estadunidense.

Material didático

Quanto ao livro didático, este é um importante instrumento utilizado para propagação do conhecimento sistematizado e legitimado, porém, neste, o negro geralmente é enfatizado numa condição de escravizado, subalterno, alvo de sofrimento e tortura. É importante salientar que este tipo de abordagem do povo negro desenvolve sentimentos de ódio, intolerância e estimula práticas racistas.

[...] Quase sem exceção, os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil-colônia ou então, para ilustrar situações de desprestígio social. A utilização de recursos pedagógicos com esse caráter remonta a um processo de socialização racista, marcadamente branco-eurocêntrico e etnocêntrico, que historicamente enaltece imagens de indivíduos brancos, do continente europeu e estaduni-

dense como referências positivas em detrimento dos negros e do continente africano (REGIS, 2012, p. 43-44).

Portanto, a maneira como o povo negro é abordado nos livros didáticos tem que ser revista pedagogicamente, a fim de que o negro possa se perceber respeitado e valorizado.

Formação do professor

O professor no contexto escolar é tido como um facilitador, mediador, instigador no processo ensino-aprendizagem.

Apesar do professor ser o mediador do saber sistematizado, é importante ressaltar que a aprendizagem não está voltada somente para a aquisição de conteúdos programados. Situações do cotidiano nos remetem a diferentes formas de ensinar e aprender.

No entanto, o professor, ao assumir uma postura de reproduzidor de conteúdos sistematizados, dificilmente intervém em situações em que o currículo oculto se apresenta, contribuindo para a formação de cidadãos acríticos que aceitam a condição que lhes são impostas pela sociedade.

Neste sentido, observa-se que o espaço escolar é constituído de diferentes etnias que podem originar situações de conflitos, principalmente em relações interpessoais. Quando crianças, passam por situações de rejeição devido à cor da pele por parte do grupo escolar, o professor não deve omitir-se diante da manifestação do preconceito racial, pois a autoestima da criança é abalada, principalmente quando está passando pela construção da sua identidade social.

A intervenção do professor neste tipo de situação é inerente, pois a criança necessita se sentir amparada, incluída, valorizada e acima de tudo um ser social com direito de ocupar o mesmo espaço que é comum a todos, que é a escola, se sentir pertencente a este espaço e não viver à margem do mesmo. Desta forma, uma postura de omissão do professor diante de tal situação pode, além de naturalizar o preconceito, reforçar o mesmo.

No entanto, a falta de formação dos profissionais da educação para lidar com situações desafiadoras como conflitos de relações interpessoais motivadas por preconceito racial pode tornar o ambiente escolar pouco atrativo para a permanência da criança e até mesmo gerar reações que podem levar a uma agressão física, verbal, moral etc.

Segundo Cavalleiro (2005b, p. 82 apud REGIS, 2012, p. 49):

A maioria dos profissionais da educação não teve a oportunidade de realizar, de maneira sistemática, leituras a respeito das dinâmicas das relações raciais e do combate ao racismo na sociedade brasileira. Nessa trajetória, acabam por trazer, em suas falas e práticas, referenciais de ensino comum sobre as desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira.

Lei nº 10.639/2003

A Lei nº 10.639/03 foi promulgada pelo presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva. Esta alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/94, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todos os estabelecimentos de ensino, tanto público quanto privado, sendo, portanto, inserido no currículo da rede oficial de ensino tendo o respaldo do parecer nº 03/2004 que também estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais. A Lei nº 10.639/03 foi uma conquista de militantes de movimento negro que reivindicavam reparações à população negra vítimas de práticas racistas e que diretamente influenciaram na ascensão social dos afrodescendentes.

Motivação da criação da lei

Com o fim da escravidão a população negra foi vítima de uma política de branqueamento, que tinha o objetivo de extinguir os negros e mestiços. Sem sucesso nessa tentativa, passou-se a aceitar a miscigenação e a defender a democracia racial. Esta propagava uma harmonia racial, que por várias décadas foi difundida e aceita pela sociedade brasileira. Práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas presentes na sociedade, direcionadas à população negra, demonstra o quanto o negro não é visto como pertencente em igual importância como os demais. Portanto, fez-se necessário lutar para derrubar a ideologia de democracia racial a fim de se ter reconhecido o racismo e desta forma buscar combater o mesmo, presente no seio da sociedade.

A motivação para criação da Lei nº 10.639/03 é resultante de lutas do movimento negro que se organiza em prol do resgate dos direitos e da cidadania do negro, bem como a criação de políticas públicas de reparação à população negra e que esta tivesse reconhecido a sua participação na construção da cultura e história do Brasil.

Implementação

Em 2009 foi elaborado o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a fim de garantir a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais que regulamentem a Lei nº 10.639/03. O plano envolverá as três esferas: municipal, estadual e federal, e tem como objetivo:

Colaborar para que todo o sistema de ensino e as instituições educacionais cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar todas as formas de preconceitos, racismo e discriminação, para garantir o direito de aprender e a equidade educacional, a fim de promover uma sociedade mais justa e igualitária (BRASIL, 2013, p. 19).

Desta forma, é necessário repensar a lógica curricular que tem como base um referencial eurocêntrico.

De modo geral, o Plano sugere que a temática étnico-racial seja incluída no projeto político-pedagógico da escola, curso de formação de professores, desenvolvimento de pesquisas e materiais didáticos que contemplem a diversidade racial, que haja mudanças no currículo para incluir o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, dentre outras proposições (BRASIL, 2013).

Figura 1. Material Didático. Exemplos de livros voltados para o ensino da cultura afro



Fonte: Barsa Planeta (2008).

Mudança que a lei trouxe ao sistema educacional

Com a mobilização dos negros e o advento da Lei nº 10.639/03, o reflexo no ambiente escolar se deu através de medidas. Dentre elas, veiculação de livros didáticos para escolas públicas, oferecimento de cursos, formação e até graduação a profissionais da educação com objetivo de terem acesso a essas informações de forma mais aprofundada e adequada, para que se sintam preparados para socialização deste saber.

Assim sendo, espera-se que o professor seja capaz de fazer abordagens sobre a contribuição da população negra para a formação social, cultural e econômica do Brasil e não somente relacionando à etnia negra, à escravidão, à condição de subalterno e de inferioridade.

No entanto, em algumas escolas têm-se observado mudanças, porém elas são pequenas, pois o que temos observado são esforços isolados de alguns professores a não se limitarem às datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, mas incluírem nas atividades pedagógicas assuntos que valorizem a História da África com os alunos e a escolas. E essas ações isoladas são lembradas por Aguiar (2010, p. 97): “é importante ressaltar que mesmo com a presença de materiais de apoio e as diretrizes curriculares que orientam a sua prática pedagógica, ainda encontramos atuações de professores de forma isolada, sem o comprometimento da escola como um todo”.

Considerações finais

A escola, enquanto espaço de reprodução das desigualdades, contribui para a perpetuação e a consolidação dessas. A sociedade formada por uma pluralidade cultural ainda não expressa através da sua organização uma sociedade igualitária e de oportunidades para todos. A população negra é contemplada no sistema educacional através do seu currículo escolar de forma depreciativa, sendo sempre vinculado a um desprestígio social.

A obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino básico, através da Lei nº 10.639/03, é resultante de lutas de movimentos negros descontentes com o currículo escolar do sistema educacional vigente. Através desta lei almeja-se a reparação e o reconhecimento da importância do negro na formação da sociedade brasileira, valorizando a identidade, a cultura e costumes deste povo.

Desta forma, esperam-se mudanças na forma de abordagem da matriz africana no currículo escolar, e que através do livro didático se promovam relações étnico-raciais de respeito, através de textos e imagens que contemplem o negro de forma positiva. Quanto ao professor, cabe a este rever sua postura enquanto reprodutor da ideologia dominante, eliminando práticas que reforçam a discriminação no cotidiano escolar.

Referências

AGUIAR, Janaina C. Teixeira. O uso da lei 10.639/03 em sala de aula. **Revista Latino-americana de História**. V. 2. Sergipe, ago. 2013.

BAZZANELLA, André et al. **Metodologia Científica**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira**. João Pessoa: Grafset, 2006.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC-SECAD/SEPP/IR/INEP, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** [S.I]: CNE, 2004.

REGIS, Kátia. **Relações étnico-raciais e currículos escolares: análise das teses e dissertações em Educação.** São Luís: Edufma, 2012.

SILVA, Everaldo da; URBANESKI, Vilmar. **Sociedade, Educação e Cultura.** Indaial: Uniaselvi, 2013.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.
